

S04 - FISCAL DE TRIBUTOS



Tipo de Prova
1

Turno: TARDE

Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 3h30min

 É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela.” (Paulo Coelho)

Você recebeu do Fiscal de Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Este Caderno de Questões contém **40 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica fabricada em material transparente, preferencialmente de **tinta preta**.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após **1 (uma) hora** do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando **1 (uma) hora** para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas, devendo assinar a Ata de Fiscalização.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

A unanimidade possível

A reunião começou às nove em ponto, o que, na empresa Horizonte Integrado, significava nove e vinte. Na sala envidraçada, oito pessoas se acomodaram diante de uma tela que exibia o título “Novo Modelo de Colaboração”. Ninguém sabia exatamente o que seria decidido, mas todos concordavam que a decisão já estava atrasada.

Renato, diretor de Estratégia, abriu os trabalhos:

— Precisamos construir um consenso que respeite a diversidade de perspectivas.

A frase foi recebida com acenos graves. Elisa, gerente de Recursos Humanos, anotou “consenso” em seu caderno. Para ela, a palavra significava convencer os demais de que o trabalho presencial deveria aumentar. Otávio, responsável pela área financeira, entendeu o contrário: consenso seria reduzir o espaço físico e, com ele, as despesas. Lúcia, da comunicação, imaginou uma campanha interna com fotografias de pessoas sorrindo ao redor de uma mesa. Bruno, do setor jurídico, preferiu não imaginar nada antes de conhecer os riscos.

— O modelo atual precisa ser flexibilizado — continuou Renato.

— Concordo plenamente — disse Elisa.

Ela pensava em horários mais rígidos, desde que fossem chamados de “faixas de integração”.

— Concordo também — afirmou Otávio.

Ele pensava em eliminar estações de trabalho fixas.

— Faz todo sentido — acrescentou Lúcia.

Ela já escolhera o slogan: “Mais liberdade para estarmos juntos”.

Bruno ergueu a mão:

— Quando falamos em flexibilidade, estamos tratando de presença, jornada, local de trabalho ou metas?

Renato sorriu com a serenidade de quem considera a precisão um obstáculo operacional.

— Estamos tratando de uma visão mais ampla.

Bruno anotou que a visão era ampla o bastante para não caber numa definição.

A discussão prosseguiu. Elisa defendeu “o fortalecimento dos vínculos”. Otávio apoiou, entendendo que vínculos fortalecidos diminuiriam pedidos de demissão. Lúcia apoiou também, imaginando vídeos de aniversários corporativos. Bruno perguntou se os vínculos incluíam obrigações adicionais. Renato respondeu que aquele era um tema para uma etapa posterior, o que, na empresa, designava o lugar onde as perguntas difíceis eram cuidadosamente guardadas.

Perto do meio-dia, surgiu a expressão “autonomia responsável”. Todos a receberam com entusiasmo.

Para Elisa, autonomia responsável significava liberdade para organizar o próprio trabalho, desde que o empregado estivesse disponível quando a liderança julgasse necessário. Para Otávio, significava entregar mais com menos recursos. Para Lúcia, era uma combinação perfeita de palavras positivas. Para Bruno, era uma fórmula que poderia significar qualquer coisa e, por isso mesmo, exigiria quinze páginas de regulamento.

— Então estamos alinhados — concluiu Renato.

Ninguém perguntou em relação a quê.

A ata registrou que o grupo aprovara, por unanimidade, um modelo híbrido, flexível, eficiente, humano e financeiramente sustentável. O documento não indicava quantos dias seriam presenciais, quem escolheria esses dias, como seriam avaliadas as metas nem o que aconteceria quando flexibilidade e controle apontassem para direções opostas.

Na manhã seguinte, cada setor comunicou a decisão à sua maneira.

Recursos Humanos anunciou três dias obrigatórios no escritório. O Financeiro informou que as mesas seriam compartilhadas e que parte do prédio seria devolvida. A Comunicação publicou: “Agora, cada pessoa poderá escolher onde produzir melhor”. O Jurídico enviou uma nota esclarecendo que nenhuma escolha estava autorizada até a publicação das regras.

Os funcionários, surpreendentemente, também concordaram. Alguns entenderam que poderiam trabalhar de casa. Outros concluíram que precisariam voltar ao escritório. Houve quem acreditasse que nada mudaria, hipótese que a experiência tornava bastante plausível.

Renato leu as mensagens e convocou nova reunião.

No convite, escreveu:

“Precisamos alinhar o entendimento sobre o alinhamento.”

Desta vez, todos compreenderam a urgência.

Cada um, naturalmente, compreendeu uma urgência diferente.

Fonte: Banca Elaboradora

Questão 1

O título “A unanimidade possível” relaciona-se à contradição que organiza a narrativa. Assinale a alternativa correta sobre o núcleo crítico do texto.

- (A) A unanimidade resulta de um objetivo comum, embora cada setor proponha meios distintos para executar uma decisão cujo conteúdo já havia sido definido.
- (B) A narrativa critica o modelo híbrido, porque a combinação entre presença física e trabalho remoto impede acordos estáveis entre áreas com interesses diferentes.
- (C) O conflito nasce do desconhecimento técnico das expressões administrativas, que possuem sentidos fixos, mas foram empregadas de forma equivocada pelos participantes.
- (D) A concordância permanece na superfície lexical, enquanto expressões vagas acomodam projetos incompatíveis e permitem registrar como decisão um conteúdo ainda indeterminado.
- (E) O consenso é provisório, mas legítimo, porque o adiamento das definições operacionais preserva a diversidade e prepara uma decisão posterior mais precisa.

Questão 2

Ao longo da reunião, Bruno formula perguntas sobre presença, jornada, local de trabalho, metas e obrigações adicionais. Qual é a função predominante dessa personagem na construção da narrativa?

- (A) Bruno tenta preservar o modelo vigente, usando perguntas jurídicas para impedir decisões que ampliem a autonomia dos empregados e reduzam o controle da empresa.
- (B) Bruno funciona como contraponto ao discurso abstrato, pois exige referentes, critérios e consequências que revelam o desacordo oculto pela concordância verbal.
- (C) Bruno aproxima o setor jurídico do interesse financeiro, buscando regras que permitam reduzir espaços, recursos e obrigações assumidas institucionalmente pela empresa.
- (D) Bruno representa uma leitura excessivamente literal, incapaz de perceber que termos amplos são necessários para conciliar interesses durante decisões estratégicas na empresa.
- (E) Bruno transforma divergências políticas em questões formais, deslocando a reunião do planejamento colaborativo para a análise dos riscos contratuais da empresa.

Questão 3

A última frase do texto — “Cada um, naturalmente, compreendeu uma urgência diferente” — retoma o funcionamento da reunião anterior. Assinale a alternativa correta sobre o efeito desse encerramento.

- (A) O advérbio “naturalmente” valida a diversidade de interpretações como método produtivo e mostra que a empresa reconheceu o valor das perspectivas setoriais.
- (B) A nova convocação rompe o ciclo anterior, porque todos identificam a urgência de definir regras e abandonam as leituras particulares do alinhamento.
- (C) O encerramento transfere aos funcionários a origem do conflito, já que as comunicações setoriais haviam reproduzido fielmente a decisão aprovada pelo grupo.
- (D) A última frase indica que a ambiguidade foi reduzida, embora cada área ainda atribua prioridades diferentes à implementação do mesmo modelo.
- (E) O desfecho fecha a narrativa circularmente, pois até a urgência de esclarecer o alinhamento volta a ser recebida por entendimentos divergentes.

Questão 4

No período “Houve quem acreditasse que nada mudaria, hipótese que a experiência tornava bastante plausível”, considere o primeiro “que”, em “acreditasse que”, o segundo “que”, em “hipótese que”, e a palavra “bastante”.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro “que” é conjunção integrante, o segundo é pronome relativo com função de objeto direto, e “bastante” é advérbio de intensidade.
- (B) O primeiro “que” é pronome relativo com função de sujeito, o segundo é conjunção integrante, e “bastante” é pronome indefinido.
- (C) O primeiro “que” é conjunção causal, o segundo é pronome relativo com função de sujeito, e “bastante” é adjetivo ligado a “hipótese”.
- (D) Os dois vocábulos “que” são conjunções integrantes, enquanto “bastante” é substantivo empregado para intensificar o sentido do adjetivo “plausível”.
- (E) O primeiro “que” é pronome demonstrativo, o segundo é conjunção consecutiva, e “bastante” exerce função de predicativo do objeto na oração.

Questão 5

No trecho “Renato sorriu com a serenidade de quem considera a precisão um obstáculo operacional”, assinale a alternativa que apresenta a análise sintática correta da oração iniciada por “quem”.

- (A) “Quem” é objeto direto, “a precisão” é sujeito, e “um obstáculo operacional” funciona como predicativo do sujeito.
- (B) “Quem” é sujeito, “a precisão” é predicativo do objeto, e “um obstáculo operacional” exerce função de objeto direto.
- (C) “Quem” é sujeito, “a precisão” é objeto direto, e “um obstáculo operacional” exerce função de predicativo do objeto.
- (D) “Quem” é objeto indireto, “a precisão” é objeto direto, e “um obstáculo operacional” funciona como adjunto adnominal.
- (E) “Quem” é predicativo do sujeito, “a precisão” é sujeito, e “um obstáculo operacional” exerce função de complemento nominal.

Questão 6

Considere os períodos: “A ata registrou que o grupo aprovara, por unanimidade, um modelo híbrido” e “O documento não indicava quantos dias seriam presenciais, quem escolheria esses dias, como seriam avaliadas as metas nem o que aconteceria quando flexibilidade e controle apontassem para direções opostas”. Assinale a alternativa correta sobre a estrutura sintática.

- (A) A oração iniciada por “que” é adjetiva restritiva, as quatro orações interrogativas são coordenadas independentes, e a oração iniciada por “quando” é causal.
- (B) A oração iniciada por “que” é substantiva subjetiva, as quatro orações interrogativas exercem função de predicativo, e a oração iniciada por “quando” é consecutiva.
- (C) A oração iniciada por “que” é substantiva objetiva indireta, as quatro orações interrogativas funcionam como adjuntos adverbiais, e a oração iniciada por “quando” é concessiva.
- (D) A oração iniciada por “que” é substantiva objetiva direta, as quatro interrogativas indiretas também são objetivas diretas e se coordenam, e “quando” introduz oração temporal.
- (E) A oração iniciada por “que” é substantiva apositiva, as quatro orações interrogativas são adjetivas explicativas, e a oração iniciada por “quando” é comparativa.

Questão 7

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão quanto à concordância verbal e nominal e à regência verbal e nominal.

- (A) Podia haver interpretações divergentes, e cada setor preferia a própria leitura às definições apresentadas durante a reunião.
- (B) Fazia quase três horas que os gestores assistiam à reunião e aspiravam um entendimento comum sobre o novo modelo.
- (C) Seguiam anexo à ata as orientações destinadas a reduzir divergências e responder às dúvidas apresentadas pelos setores.
- (D) Os setores obedeceram às regras propostas e mostraram-se favoráveis com a realização de uma nova reunião de alinhamento.
- (E) Mais de um gerente mostrou-se avesso à proposta e preferiram o silêncio ao debate sobre as medidas anunciadas.

Questão 8

Assinale a alternativa correta sobre o emprego dos tempos e modos verbais, das locuções verbais e da colocação pronominal no texto.

- (A) “Escolhera” está no pretérito imperfeito do indicativo, “seriam compartilhadas” integra a voz ativa, e a próclise em “se acomodaram” decorre de palavra negativa.
- (B) “Julgasse” está no futuro do subjuntivo, “precisariam voltar” indica ação concluída, e a próclise em “se acomodaram” viola a norma-padrão brasileira.
- (C) “Apontassem” está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, “seriam avaliadas” apresenta sujeito indeterminado, e “escolhera” indica ação habitual no contexto narrativo.
- (D) “Escolhera” está no pretérito perfeito do indicativo, “precisariam voltar” está no futuro do subjuntivo, e “acomodaram-se” seria a única colocação aceita.
- (E) “Escolhera” está no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, “seriam compartilhadas” forma voz passiva, e a próclise em “se acomodaram” é admitida pela norma-padrão.

Questão 9

No texto, palavras como “consenso”, “flexibilidade”, “vínculos”, “autonomia responsável” e “alinhamento” são retomadas por diferentes personagens. Assinale a alternativa correta sobre o efeito dessa recorrência.

- (A) A repetição estabelece sinonímia entre os termos e garante que os participantes tratem do mesmo objeto, apesar das diferenças entre seus interesses setoriais.
- (B) A repetição cria coesão lexical e aparência de consenso, mas a indeterminação semântica permite conteúdos operacionais diferentes para as mesmas expressões.
- (C) Os termos funcionam como homônimos perfeitos, pois conservam a mesma forma gráfica e assumem sentidos inteiramente desvinculados em cada fala apresentada.
- (D) A repetição elimina progressivamente a ambiguidade, porque cada ocorrência restringe o significado das palavras e aproxima os participantes de uma decisão operacional.
- (E) As palavras mantêm sentido estritamente denotativo, e o conflito decorre do desconhecimento dos conceitos técnicos correspondentes ao discurso empresarial adotado pelos participantes.

Questão 10

No encerramento, Renato escreve: “Precisamos alinhar o entendimento sobre o alinhamento.” Assinale a alternativa correta sobre a formação vocabular, a pontuação e o uso social da linguagem.

- (A) “Alinhamento” forma-se por composição, os dois-pontos separam o verbo de seu complemento e a repetição reproduz uma variedade linguística popular.
- (B) “Alinhamento” forma-se por derivação regressiva, os dois-pontos introduzem uma enumeração explicativa e a repetição caracteriza um registro científico especializado no trecho.
- (C) “Alinhamento” forma-se por derivação sufixal de “alinhar”, os dois-pontos introduzem a citação e a repetição reforça ironicamente o jargão corporativo.
- (D) “Alinhamento” forma-se por parassíntese, os dois-pontos introduzem uma explicação causal e a repetição representa uma marca regional da fala de Renato.
- (E) “Alinhamento” forma-se por prefixação, os dois-pontos indicam uma elipse verbal e a repetição evidencia um registro jurídico literal no trecho final.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 11**

Uma caixa contém 12 cartões de mesmo tamanho, sendo 5 vermelhos, 4 azuis e 3 verdes. Dois cartões são retirados ao acaso, um após o outro, sem reposição. Qual é a probabilidade de pelo menos um dos cartões retirados ser vermelho?

- (A) 7/22
- (B) 9/22
- (C) 11/22
- (D) 15/22
- (E) 17/22

Questão 12

Uma unidade de atendimento registrou, em minutos, o tempo gasto para concluir dez solicitações: 21, 17, 25, 12, 21, 19, 15, 22, 17 e 21. Considerando esses dados, quais são, respectivamente, a mediana e a moda dos tempos registrados?

- (A) 18 minutos e 17 minutos.
- (B) 20 minutos e 21 minutos.
- (C) 19 minutos e 21 minutos.
- (D) 20 minutos e 17 minutos.
- (E) 21 minutos e 20 minutos.

Questão 13

Sete pessoas distintas ocuparão lugares ao redor de uma mesa redonda. As disposições obtidas por mera rotação são consideradas iguais, enquanto as disposições espelhadas são consideradas diferentes. Ana e Bruno deverão permanecer lado a lado, enquanto Carla e Daniel deverão ocupar lugares não adjacentes. Quantas disposições distintas atendem a essas condições?

- (A) 144
- (B) 156
- (C) 168
- (D) 192
- (E) 240

Questão 14

Cinco propostas, A, B, C, D e E, foram classificadas do primeiro ao quinto lugar. A proposta D ficou imediatamente acima de B. A proposta C ficou acima de E, que ficou acima de A. A proposta E não ocupou o primeiro nem o último lugar, e C não ficou em primeiro. Qual foi a classificação?

- (A) D, C, B, E, A
- (B) C, D, B, E, A
- (C) D, B, E, C, A
- (D) C, E, D, B, A
- (E) D, B, C, E, A

Questão 15

Considere as premissas apresentadas sobre a tramitação de um processo:

- I – Se o processo foi concluído, então o parecer foi assinado.
- II – Se o parecer foi assinado, então o processo foi encaminhado à diretoria.
- III – O processo não foi encaminhado à diretoria.

Com base nessas premissas, qual é a conclusão logicamente válida?

- (A) O processo foi concluído, mas o parecer não foi assinado.
- (B) O parecer foi assinado, embora o processo não tenha sido concluído.
- (C) O parecer não foi assinado, e o processo não foi concluído.
- (D) O processo não foi concluído, mas o parecer pode ter sido assinado.
- (E) O parecer não foi assinado, embora o processo tenha sido concluído.

Questão 16

Um setor possuía 1.500 solicitações pendentes. Após uma força-tarefa, a quantidade foi reduzida em 18%. No mês seguinte, o número de solicitações pendentes aumentou 10% sobre a quantidade que havia restado. Comparando-se o resultado final com a quantidade inicial, qual foi a variação percentual no número de solicitações pendentes?

- (A) Redução de 8,0%
- (B) Redução de 9,0%
- (C) Redução de 9,8%
- (D) Redução de 10,0%
- (E) Redução de 11,8%

Questão 17

Considere as seguintes relações entre quatro categorias profissionais:

- Todo pesquisador é servidor público.
- Nenhum servidor público é terceirizado.
- Alguns coordenadores são pesquisadores.
- Todo terceirizado é consultor.

Qual conclusão decorre necessariamente dessas relações?

- (A) Alguns consultores não são terceirizados.
- (B) Nenhum dos coordenadores é terceirizado.
- (C) Alguns servidores públicos são consultores.
- (D) Todo coordenador é servidor público.
- (E) Alguns coordenadores não são terceirizados.

Questão 18

Uma escola registrou a quantidade de livros emprestados durante seis meses consecutivos. Nos quatro primeiros meses, a média mensal foi de 72 livros. Nos três últimos meses, a média mensal foi de 84 livros. Sabendo que, no quarto mês, foram emprestados 78 livros, qual foi a média mensal de empréstimos durante os seis meses?

- (A) 76 livros
- (B) 77 livros
- (C) 78 livros
- (D) 79 livros
- (E) 80 livros

Questão 19

A sequência numérica 4, 7, 13, 22, 34, ... é formada pela adição de múltiplos consecutivos de 3. Assim, do primeiro para o segundo termo, adiciona-se 3. Do segundo para o terceiro, adiciona-se 6. Do terceiro para o quarto, adiciona-se 9, mantendo-se essa regra.

Qual é o oitavo termo da sequência?

- (A) 79
- (B) 82
- (C) 85
- (D) 88
- (E) 91

Questão 20

Doze máquinas, trabalhando oito horas por dia durante quinze dias, com eficiência de 75% e sem paradas adicionais, produzem 18.000 unidades. Num novo plano, cada máquina será programada para trabalhar nove horas por dia durante dez dias. A manutenção consumirá 10% do tempo programado, e a eficiência durante o tempo efetivamente disponível será de 80%. A produção é diretamente proporcional ao número de máquinas, ao tempo disponível e à eficiência. Quantas máquinas serão necessárias para produzir exatamente 21.600 unidades?

- (A) 20
- (B) 18
- (C) 19
- (D) 21
- (E) 24

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Na autotutela administrativa, quando a correção preserva o interesse público e os direitos de terceiros, convalidação, anulação e revogação possuem pressupostos distintos. Na autotutela administrativa, a distinção entre convalidação, anulação e revogação é corretamente estabelecida quando:

- (A) a convalidação alcançar vícios de motivo e objeto diante de boa-fé, a anulação retirar atos inconvenientes e a revogação atingir atos ilegais com efeitos retroativos.
- (B) a convalidação corrigir competência exclusiva e forma essencial por utilidade pública, a anulação depender de juízo de mérito e a revogação atingir atos vinculados.
- (C) a convalidação alcançar competência delegável e forma sanável, a anulação retirar atos ilegais e a revogação atingir atos válidos por razões de mérito administrativo.
- (D) a convalidação produzir ato autônomo para preservar efeitos consumados, a anulação manter atos ilegais favoráveis e a revogação alcançar atos válidos que geraram direitos adquiridos.
- (E) a convalidação depender de autorização judicial para retroagir, a anulação restringir-se aos atos vinculados e a revogação atingir atos declaratórios por mudança posterior de conveniência.

Questão 22

Sobre a competência tributária e as obrigações principal e acessória, analise as afirmativas:

- I – A competência tributária pode ser delegada a outra pessoa jurídica de direito público quando o ente instituidor conserva a titularidade da receita arrecadada.
- II – A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar a outra pessoa jurídica de direito público compreende garantias e prerrogativas processuais e pode ser revogada.
- III – A inobservância de uma obrigação acessória converte-se em obrigação principal quanto à penalidade pecuniária decorrente do descumprimento.
- IV – A isenção da obrigação principal extingue os deveres instrumentais relacionados ao tributo, salvo quando a lei instituidora os restabelece expressamente.
- V – A instituição financeira contratada para receber tributos executa uma atividade material de arrecadação e permanece fora da posição de sujeito ativo.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) II, III e V.

Questão 23

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Assinale a alternativa correta sobre a competência e a estrutura desses tributos.

- (A) O IBS pertence à União e é administrado pela Receita Federal, enquanto a CBS é compartilhada entre os entes, com arrecadação no destino e regras materiais uniformes.
- (B) O IBS decorre de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, é administrado pelo Comitê Gestor, e a CBS pertence à União, com regras harmonizadas e tributação no destino.
- (C) O IBS e a CBS formam um tributo nacional único, administrado pelo Comitê Gestor, cuja receita é repartida entre os entes conforme o consumo e as alíquotas definidas pelo Senado.
- (D) O IBS pertence aos Municípios e ao Distrito Federal, enquanto a CBS pertence aos Estados, com incidência na origem e coordenação administrativa exercida pela União.
- (E) O IBS e a CBS são administrados por cada ente tributante, com fatos geradores, bases de cálculo, regimes de crédito e critérios de destino definidos em legislações próprias.

Questão 24

Na fiscalização de uma transmissão imobiliária, o valor declarado está abaixo do valor de referência municipal e da base usada para o IPTU. O fiscal reúne fotografias, laudos e negócios comparáveis que indicam possível subavaliação. Qual é o procedimento correto para definir a base do ITBI?

- (A) Adotar a base do Imposto Predial e Territorial Urbano como piso, pois ela resulta de critérios gerais aprovados na legislação municipal aplicável à propriedade.
- (B) Aplicar o valor de referência municipal, facultando ao contribuinte discutir a diferença em pedido de revisão apresentado depois da constituição do crédito tributário.
- (C) Preservar definitivamente o valor declarado, pois a presunção atribuída à declaração impede o arbitramento administrativo da base de cálculo do imposto transmitido.
- (D) Considerar o valor declarado presumidamente compatível com o mercado e, diante de elementos concretos, instaurar arbitramento próprio com contraditório antes de afastá-lo.
- (E) Utilizar o maior entre a declaração, a base do imposto predial e o valor de referência, pois a comparação reduz a subavaliação do imóvel.

Questão 25

Na apuração mensal de uma prestadora, um serviço foi concluído, e o direito à contraprestação tornou-se incondicional, salvo pela passagem do tempo. Um cliente pagou antecipadamente por um serviço futuro. Uma consultoria foi recebida, embora ainda esteja pendente de faturamento. A escrituração correta reconhece:

- (A) receita e recebível pelo serviço concluído, passivo contratual pelo adiantamento e despesa com obrigação pela consultoria incorrida.
- (B) ativo contratual pelo adiantamento, receita no recebimento futuro e despesa com obrigação quando a consultoria emitir a respectiva cobrança.
- (C) receita diferida pelo serviço concluído, conta a receber pelo adiantamento e provisão pela consultoria ainda pendente de faturamento.
- (D) conta a receber e receita no faturamento, patrimônio líquido pelo adiantamento e despesa na emissão do documento da consultoria.
- (E) receita e disponibilidade pelo serviço concluído, passivo financeiro pelo adiantamento e ajuste patrimonial pela consultoria pendente de cobrança.

Questão 26

Sobre decadência, prescrição e constituição do crédito tributário, analise as afirmativas:

- I – A decadência alcança o direito de constituir o crédito tributário, enquanto a prescrição alcança a pretensão de cobrá-lo depois da constituição definitiva.
- II – A declaração do débito pelo contribuinte constitui o crédito tributário e dispensa outra providência do Fisco para formalizar a obrigação confessada.
- III – A decisão definitiva que anula um lançamento por vício formal inaugura o prazo decadencial previsto para a renovação válida do ato constitutivo.
- IV – O parcelamento celebrado depois da consumação da prescrição restaura o crédito extinto e reinicia a contagem do prazo para a cobrança judicial.
- V – A inscrição do crédito tributário em dívida ativa interrompe a prescrição e inicia novo prazo para o ajuizamento da execução fiscal.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e V.
- (E) III, IV e V.

Questão 27

Na atualização cadastral do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Município pretende incorporar características novas dos imóveis e ajustar os valores venais por ato do Poder Executivo. Assinale a alternativa correta sobre a reserva legal aplicável.

- (A) A lei municipal pode autorizar o Executivo a avaliar individualmente qualquer imóvel, ainda que os critérios de mensuração permaneçam fora da legislação aprovada.
- (B) A lei municipal pode limitar a atualização da base à inflação e exige outra lei para cada imóvel novo ou característica individual surgida no cadastro.
- (C) A lei municipal fixa os critérios, e o Executivo atualiza os valores cadastrais, preservados os parâmetros legais e a possibilidade de impugnação.
- (D) A atualização realizada pelo Executivo caracteriza aumento do imposto em qualquer hipótese e exige lei anual com os valores individualizados de cada imóvel.
- (E) A lei municipal pode transferir ao Executivo a definição dos critérios, das alíquotas e das faixas progressivas aplicadas aos imóveis urbanos cadastrados.

Questão 28

Uma empresa estabelecida no Município A celebra contratos separados para elaborar um projeto de engenharia e executar uma construção no Município B. Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa correta sobre o local de incidência do ISSQN.

- (A) Os dois serviços geram o imposto no Município B, pois o projeto integra tecnicamente a obra e acompanha o local da execução material do empreendimento contratado.
- (B) O projeto autônomo gera o imposto no Município A, e a execução da construção gera o imposto no Município B, conforme as regras específicas de localização.
- (C) O projeto autônomo gera o imposto no Município B, e a construção gera o imposto no Município A, pois cada etapa segue o domicílio do respectivo contratante.
- (D) Os dois serviços geram o imposto no Município A, pois o estabelecimento prestador centraliza a emissão dos documentos e o recebimento das contraprestações contratuais.
- (E) O imposto deve ser dividido entre os Municípios A e B conforme os custos atribuídos ao projeto e à execução material da obra contratada.

Questão 29

Na execução fiscal de IPTU, a Certidão de Dívida Ativa indica um antigo proprietário. A matrícula comprova que a transmissão foi registrada antes do fato gerador, e o Município recebeu essa informação antes do lançamento.

Qual é a solução correta diante do erro no sujeito passivo?

- (A) Substituir a Certidão de Dívida Ativa para incluir o adquirente, tratando a indicação do antigo proprietário como erro material corrigível durante a execução fiscal.
- (B) Redirecionar a execução ao adquirente, pois a natureza real do imposto transfere automaticamente a sujeição passiva ao titular atual do imóvel tributado.
- (C) Manter a execução contra o antigo proprietário, pois a presunção da certidão prevalece sobre os registros apresentados depois da constituição do crédito.
- (D) Cancelar a inscrição e alterar o sujeito passivo nos mesmos autos, preservando o lançamento e os atos executivos praticados contra o devedor originalmente indicado.
- (E) Reconhecer a ilegitimidade documental, vedar a troca do sujeito na certidão e constituir novo crédito contra o responsável correto, caso o prazo decadencial permita.

Questão 30

No Município, uma cobrança decorre do uso facultativo de um boxe em mercado público, formalizado por permissão onerosa. Outra resulta do exercício da fiscalização sanitária. Uma terceira remunera serviço prestado por concessionária diretamente ao usuário. A classificação jurídica dessas cobranças corresponde, respectivamente, a:

- (A) preço público pela utilização consentida do boxe, taxa pelo poder de polícia e tarifa pela prestação contratual do serviço delegado ao usuário.
- (B) taxa pela utilização do boxe, preço público pelo poder de polícia e tarifa pela disponibilidade geral do serviço delegado à coletividade.
- (C) tarifa pela utilização do boxe, taxa pela fiscalização e preço público pelo serviço delegado, ainda que a cobrança decorra do contrato de concessão.
- (D) preço público pela utilização do boxe, tarifa pela fiscalização e taxa pelo serviço delegado, conforme a natureza da pessoa responsável pela cobrança.
- (E) taxa pela utilização do boxe, taxa pelo poder de polícia e preço público pelo serviço delegado, desde que a cobrança esteja prevista em lei.

Questão 31

Sobre as imunidades tributárias previstas na Constituição Federal, analise as afirmativas:

I – A imunidade recíproca alcança autarquias e fundações públicas quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais.

II – A imunidade recíproca afasta impostos, taxas e contribuições incidentes sobre as atividades essenciais das pessoas políticas e das entidades por ela alcançadas.

III – A ausência de finalidade lucrativa basta para que uma instituição de educação ou de assistência social usufrua a imunidade constitucional sobre qualquer atividade.

IV – A imunidade de livros, jornais e periódicos alcança o livro eletrônico e o suporte utilizado exclusivamente para fixar ou ler seu conteúdo.

V – A imunidade de partidos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação ou assistência depende dos requisitos legais e da ligação com finalidades essenciais.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

Questão 32

Na retenção do ISS de uma empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, o serviço está legalmente sujeito à retenção no local da prestação. A empresa já superou o mês inicial de atividade, não recolhe o imposto por valor fixo e omitiu a alíquota no documento fiscal.

Segundo a redação vigente da Lei Complementar nº 123/2006, marque a conduta correta.

- (A) Aplicar a alíquota ordinária da legislação municipal e manter a receita na apuração comum do Simples Nacional, compensando depois o valor retido pelo tomador.
- (B) Afastar a retenção porque o imposto integra o documento único de arrecadação e será distribuído ao Município depois da apuração da empresa prestadora.
- (C) Aplicar o menor percentual dos anexos pertinentes e cobrar da prestadora eventual diferença depois da transmissão da apuração mensal ao sistema tributário.
- (D) Utilizar a alíquota efetiva média informada nas declarações anteriores e ajustar eventual diferença na apuração do período seguinte da empresa prestadora.
- (E) Aplicar o maior percentual de ISS dos anexos pertinentes e tratar a receita correspondente como sujeita à retenção na apuração da prestadora.

Questão 33

A pessoa jurídica adquire um estabelecimento empresarial e dá continuidade à atividade anteriormente explorada pelo alienante. Desconsideradas as exceções legais relativas às alienações judiciais, a disciplina da responsabilidade pelos tributos devidos até a data da aquisição estabelece que:

- (A) a responsabilidade deve ser integral em qualquer hipótese, pois a continuidade do estabelecimento transfere ao adquirente os créditos tributários anteriores à aquisição.
- (B) a responsabilidade deve ser subsidiária em qualquer hipótese, pois o alienante conserva o vínculo originário com os tributos relacionados ao estabelecimento transferido.
- (C) a mudança do nome empresarial afasta a sucessão, pois a continuidade prevista na legislação exige identidade formal entre o alienante e o adquirente.
- (D) a responsabilidade deve ser integral quando o alienante cessa a exploração e subsidiária quando ele continua ou reinicia atividade dentro do período previsto na legislação.
- (E) a responsabilidade deve alcançar os créditos inscritos em dívida ativa, ficando os demais tributos vinculados ao alienante até a constituição administrativa definitiva e regularmente exigível.

Questão 34

Sobre a prova, a motivação e o contraditório no processo administrativo fiscal, analise as afirmativas:

I – O auto de infração e a decisão administrativa devem indicar os fatos, os fundamentos jurídicos e os critérios que sustentam a exigência tributária.

II – A presunção de legitimidade do lançamento transfere integralmente ao contribuinte o ônus probatório e permite à fiscalização reter os elementos usados na autuação.

III – A autoridade julgadora pode determinar diligências necessárias e deve motivar a admissão ou a rejeição das provas requeridas pelas partes.

IV – A prova obtida por meio ilícito é incapaz de sustentar a sanção administrativa, ainda que confirme os fatos apontados pela fiscalização.

V – O acesso tardio aos documentos da autuação cura automaticamente uma ciência defeituosa e preserva o prazo defensivo originalmente contado pela Administração.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e IV.

Questão 35

O Município pretende delegar a fiscalização e a aplicação de sanções de polícia administrativa a uma empresa pública municipal de capital integralmente público. A entidade presta serviço público próprio do Estado, atua fora de ambiente concorrencial e possui estrutura técnica de fiscalização.

Qual é a solução compatível com o entendimento do Supremo Tribunal Federal?

- (A) Delegar por contrato as atividades de consentimento e fiscalização, reservando ao Município a aplicação de sanções e a edição de atos normativos.
- (B) Delegar por ato administrativo toda a polícia, desde que a entidade possua capital majoritariamente público e preste serviço de interesse coletivo.
- (C) Autorizar inspeções e relatórios técnicos, mantendo com os fiscais municipais as decisões de consentimento, sanção e cobrança das medidas impostas.
- (D) Delegar por lei, inclusive as sanções, à entidade de capital majoritariamente público que presta serviço público exclusivo e atua fora de ambiente concorrencial.
- (E) Delegar a fiscalização e a sanção, condicionando a eficácia das penalidades à posterior ratificação judicial promovida pela procuradoria municipal.

Questão 36

Na apuração regular do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o contribuinte adquire bens e serviços tributados destinados ao desenvolvimento de sua atividade econômica. De acordo com a regra geral, o direito à apropriação dos créditos ocorre quando:

- (A) depende da incorporação física do bem ao produto vendido, ficando afastados os créditos relativos a serviços, ativos e despesas operacionais da atividade.
- (B) decorre, em regra, da extinção dos tributos incidentes sobre as aquisições, observadas as vedações legais, inclusive aquelas relativas ao uso ou ao consumo pessoal.
- (C) ocorre com a emissão do documento fiscal, independentemente da extinção do débito do fornecedor, desde que as partes estejam situadas no mesmo ente federativo.
- (D) alcança aquisições destinadas ao uso pessoal dos administradores, quando registradas como despesas operacionais e formalmente vinculadas à política interna da pessoa jurídica.
- (E) é calculado com base na margem adicionada em cada operação, mediante a compensação do tributo devido nas vendas com o custo contábil das aquisições.

Questão 37

Na instituição de uma contribuição de melhoria relativa a uma obra pública municipal, a configuração jurídica correta exige:

- (A) a publicação da zona, do orçamento e do rateio, com limite total no custo da obra, limite individual na valorização e prazo para impugnação.
- (B) a cobrança anual pela manutenção da obra, calculada pela área do imóvel beneficiado e limitada ao custo periódico dos serviços executados pelo Município.
- (C) a incidência pela disponibilidade da infraestrutura, calculada pelo valor de mercado do imóvel e graduada conforme a capacidade econômica do respectivo proprietário.
- (D) a cobrança depois da conclusão, com divisão uniforme do custo entre os imóveis da região e presunção de valorização decorrente da utilidade pública da obra.
- (E) a previsão na lei orçamentária, o cálculo pelo custo de reposição da obra e o rateio conforme a testada e o uso potencial de cada imóvel.

Questão 38

Sobre a suspensão, a extinção e a exclusão do crédito tributário, analise as afirmativas:

- I – A moratória e o parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário durante o período em que permanecem atendidas as condições legais.
- II – O depósito integral suspende a exigibilidade, e sua conversão em renda extingue o crédito tributário na extensão do valor convertido.
- III – A isenção extingue o crédito já constituído e libera o sujeito passivo das obrigações acessórias relacionadas à prestação tributária abrangida.
- IV – A remissão exclui o crédito antes do lançamento e impede a Administração de constituí-lo enquanto permanecem presentes os requisitos do benefício.
- V – O pagamento e a compensação autorizada em lei extinguem o crédito tributário na medida em que alcançam a obrigação constituída.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) II, IV e V.

Questão 39

Na análise das demonstrações, a entidade apresenta lucro crescente, margem bruta estável, aumento expressivo de contas a receber e estoques, fornecedores estáveis e fluxo de caixa operacional negativo. Qual é a interpretação correta?

- (A) O fluxo negativo demonstra que as receitas foram reconhecidas indevidamente e que o patrimônio líquido precisa ser reduzido pelo valor pendente de recebimento.
- (B) O lucro deveria coincidir com o caixa operacional depois da depreciação, de modo que a diferença indica erro de classificação entre investimento e financiamento.
- (C) A divergência pode decorrer da absorção de caixa pelo capital de giro, com crescimento de recebíveis e estoques, exigindo análise da qualidade do lucro.
- (D) O aumento das contas a receber representa entrada operacional futura já disponível, enquanto os estoques reduzem a necessidade de financiamento das atividades correntes.
- (E) O fluxo negativo comprova incapacidade financeira imediata, ainda que a entidade mantenha liquidez, crédito disponível e margens positivas nas operações realizadas.

Questão 40

Durante uma fiscalização externa, um agente municipal, no exercício da função, danifica por negligência um equipamento de terceiro. A vítima ajuíza a ação apenas contra o agente, alegando que a culpa individual está comprovada.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O agente deve responder diretamente perante a vítima, pois a comprovação de negligência afasta a responsabilidade objetiva do Município pelo dano ocorrido.
- (B) A vítima pode escolher entre o agente e o Município, que respondem solidariamente quando o dano decorre do exercício de uma função pública.
- (C) O Município responde de forma subsidiária, depois da insuficiência patrimonial do agente, pois a conduta culposa conserva a responsabilidade pessoal originária.
- (D) O Município responde objetivamente, e o agente deve integrar a mesma ação para permitir a apuração simultânea da culpa e do regresso.
- (E) A ação indenizatória deve ser dirigida ao Município, que responde objetivamente, com direito de regresso contra o agente quando demonstrados dolo ou culpa.